

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.808 - RS (2019/0299642-8)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : EDER RENATO MARTINS SIQUEIRA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : DANIEL MARQUES QUINTINO - RS092069  
ÉDER RENATO MARTINS SIQUEIRA - RS099816  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : CRISTIANO DA SILVA BRUM (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIANO DA SILVA BRUM – preso cautelarmente em 1/10/2018 e denunciado pela suposta prática do crime de furto qualificado – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (HC n. 0298266-04.2018.8.21.7000).

Segundo consta dos autos, o paciente, juntamente com outro indivíduo, foi preso em flagrante na posse de objetos pertencentes a dois supermercados e uma farmácia da região.

Decretada a prisão preventiva (e-STJ fls.126/127), a defesa pleiteou a revogação dessa, o que foi indeferido (e-STJ fls. 141/143).

Contra essa decisão, impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, e naquela oportunidade afirmou ausência dos pressupostos autorizadores do decreto cautelar, além do excesso de prazo na formação da culpa. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 17):

*HABEAS CORPUS. FURTOS QUALIFICADOS. PRISÃO PREVENTIVA QUE É DECRETADA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. DECISÕES VERSANDO O STATUS LIBERTATIS DO PACIENTE QUE SE ENCONTRAM FUNDAMENTADAS DE MODO SATISFATÓRIO, A EVIDENCIAR O FUMUS COMISSI DELICTI E O PERICULUM LIBERTATIS, ESSE NA GRAVIDADE CONCRETA DOS FATOS E NOS SEUS ANTECEDENTES CRIMINAIS. PRISÃO DOMICILIAR.*

# Superior Tribunal de Justiça

DOCUMENTOS TRAZIDOS NESTE WRIT QUE NÃO ATESTAM A IMPOSSIBILIDADE DE O ORA PACIENTE RECEBER O TRATAMENTO MÉDICO DE QUE NECESSITA NO PRESÍDIO. PACIENTE QUE NÃO É O ÚNICO RESPONSÁVEL POR SEUS FILHOS MENORES. NECESSIDADE DA PRISÃO DOMICILIAR NÃO DEMONSTRADA AQUI. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

*Ordem denegada.*

Na presente oportunidade, a defesa reafirma a falta de fundamentos para o decreto preventivo, ressaltando ser o paciente trabalhador, ter residência fixa e dois filhos menores que dependem de sua assistência.

Sustenta, ainda, a tese de excesso de prazo na formação da culpa, afirmando que o paciente se encontra preso há 1 ano e 2 dias, sem previsão para o encerramento da instrução processual.

Assim, pede, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao paciente, ou a aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Preliminarmente, verifica-se que a Corte *a quo* não se pronunciou sobre o tema excesso de prazo, questionada no presente *writ*.

Com efeito, para se aferir a competência do Superior Tribunal de Justiça, é necessário que a matéria questionada tenha sido analisada pela

# Superior Tribunal de Justiça

Corte de origem, consoante dispõe o art. 105, II, da Constituição Federal, sob pena de configurar indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

*(...) Matéria não enfrentada na Corte de origem não pode ser analisada diretamente neste Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. (...) (HC n. 378.585/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017)*

Em relação à alegação de falta de fundamentos para a prisão preventiva do paciente, ao que parece, o Tribunal, ao denegar a ordem, considerou o elevado risco de reiteração delitiva, já que o paciente, na data dos fatos, cumpria pena de 10 anos e 5 meses de reclusão por receptações, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e utilização de documento falso, em outra ação criminal, em regime fechado, estando à época, em prisão domiciliar humanitária. Veja-se o teor (e-STJ 25/26 grifei):

*(...)*

*Tenho que as decisões estão razoavelmente fundamentadas nos contornos dos fatos e nos indícios de reiteração criminal do paciente, o que se revela suficiente. São três (03) crimes de furto em sequência, cometidos por agentes que residem em outra Comarca, a demonstrar que tiraram o dia para fazê-los. Ainda, o paciente está a cumprir pena de dez (10) anos e cinco (05) meses de reclusão, impostas por receptações, adulteração de sinal identificador de veículo automotor e utilização de documento falso, em execução nos autos do PEC n° 89329-3, no regime Número Verificador: 7007933054420181872559 10 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA fechado, estando na data dos fatos em prisão domiciliar humanitária. Ao primeiro olhar, portanto, não está tão gravemente doente assim, sendo que a documentação trazida neste writ não atesta a impossibilidade de o tratamento ser prestado no estabelecimento prisional, cumprindo sinalar que o juízo de origem proferiu decisões determinando a adoção de todas as medidas cabíveis ao resguardo da saúde do paciente.*

*Outrossim, em relação ao periculum libertatis, a certidão de antecedentes criminais do paciente, extraída do Sistema THEMIS, ainda dá conta que ele já cumpriu pena de sete (07) anos, seis (06) meses e vinte e dois (22) de reclusão pela prática de roubo bimajorado, extinta em 08/05/2014. A meu sentir,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*quem se arroja a cometer os fatos em tela, com este histórico criminal, deve ser tido por pessoa com personalidade antissocial, capaz de reiterar fatos análogos e de cometer crimes ainda mais graves, a tornar de rigor a prisão para garantia da ordem pública.*

Efetivamente, "A garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva" (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/3/2015, DJe 16/4/2015).

Assim, não obstante os argumentos apresentados, mostra-se imprescindível um exame mais aprofundado dos elementos de convicção carreados aos autos, para se aferir a sustentada desnecessidade da prisão cautelar. Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito, o qual deverá ser analisado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, sem prejuízo da melhor apreciação da matéria, **indefiro** o pedido liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator